



RESENHA

DA BATIDA MUSICAL À BATIDA POLICIAL: O FUNK INTERPRETA O BRASIL

Tiaraju Pablo D'Andrea¹

Resenha do livro: CYMROT, Danilo. *O funk na batida: baile, rua e parlamento*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021.

Não é um livro sobre funk, é um livro sobre o Brasil. Esta sentença ditada pelo antropólogo Hermano Vianna fornece o estatuto que merece a obra *O funk na batida: baile, rua e parlamento*, de Danilo Cymrot.

O livro é resultado de sua dissertação de mestrado em Criminologia, defendida na Faculdade Direito da USP. Além do inovador olhar proveniente das ciências jurídicas, cabe ressaltar que Cymrot também é músico e produtor cultural. O autor mobiliza essas três formações para tratar do gênero musical mais emblemático da sociedade brasileira contemporânea: o funk.

A pesquisa é de fôlego e nos apresenta uma quantidade impressionante de dados, datas e fontes para embasar seus argumentos principais: demonstrar como a chamada “criminalização do funk” tem como pano de fundo uma criação discursiva que projeta e recria medos e uma estrutural perseguição a negros e pobres que dá a tônica da vida social brasileira desde os primórdios da nação.

O autor nos brinda com uma breve história do gênero no Brasil. Nos primeiros bailes, na década de 1960, predominavam o funk e o soul estadunidenses. Já na década de 1970, o Baile da Pesada, que ocorria no famoso Canecão, se torna um dos mais importantes. Nesse período, os Bailes Black possuíam um público heterogêneo tanto em termos de classes sociais como de cor de pele. Segundo o autor, com o fim do principal baile no Canecão, os Bailes Black passam a ser realizados principalmente nos subúrbios, o que conferiu uma maior identificação com a população preta e pobre do Rio de Janeiro.

Até meados da década de 1990, os bailes funk podiam ser divididos em três categorias: o baile de comunidade, o baile normal e o baile de corredor. O baile de comunidade era geralmente realizado em quadras, clubes

1 Professor no Instituto das Cidades, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Zona Leste, e professor-pesquisador em Arte e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Coordenador do Centro de Estudos Periféricos. Músico e morador da Zona Leste. Autor do livro *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* (Dandara, 2022), entre outras obras. E-mail: tiaraju.dandrea@usp.br.

e terrenos dentro das favelas. Nesses bailes, os traficantes proibiam as brigas. No baile normal, as brigas eram controladas e havia um momento específico para os conflitos. Já no baile de corredor, as brigas davam a tônica. Tanto o baile normal quanto o baile do corredor eram minoritários na cidade.

Nos primeiros bailes funk, o som que predominava era o instrumental e a prioridade era a dança. Quando se inicia a onda dos bailes normal e de corredor, uma parte do público migra para os bailes de charme. Esse público era geralmente suburbano, trabalhador, mais velho e queria evitar um ambiente onde poderiam ocorrer brigas.

Ainda na relação com outros gêneros musicais, cabe lembrar que muitos bailes funks foram realizados em quadras de escolas de samba e que o termo MC é oriundo do rap. O autor também pontua que aos poucos o funk foi ganhando o estado de São Paulo, primeiro na Baixada Santista e depois na capital, bem como outros estados, passando a ter projeção nacional.

Segundo o autor, o pânico moral ao redor do funk se dissemina a partir de 1992. Até então, os bailes funk de subúrbio, ao estarem arrinconados nos territórios de pobreza, gozavam de certa invisibilidade. No entanto, ao ultrapassarem as linhas geográficas, simbólicas e sociais que separam a Zona Norte da Zona Sul do Rio de Janeiro, começaram a sofrer outro tratamento. Em outubro daquele ano, tumultos ocorridos em praias — os chamados “arrastões” —, jogaram o foco de toda a opinião pública sobre as galeras compostas fundamentalmente de corpos negros masculinos. A partir disso, iniciou-se uma devassa sobre o comportamento e as práticas sociais desses jovens. Fabricava-se então a figura do “funkeiro” como inimigo da lei, da ordem e dos cidadãos de bem. Desse modo, os funkeiros e o funk vão parar nas páginas dos jornais e nos noticiários de televisão.

A partir da histeria dos meios de comunicação, os funkeiros foram chamados de “gangues urbanas”, “juventude transviada” e “bárbaros”, entre outros nomes. Nesse momento já estava sendo construído um estereótipo de que os frequentadores de bailes funk cometiam arrastões, tinham envolvimento com drogas e o narcotráfico, eram violentos e faziam sexo sem regras nos bailes. É a partir desta construção social do criminalizável que Cymrot fará a pergunta que percorrerá todo o livro: por que a violência é vista e enfrentada de formas diferentes pelo poder público, dependendo do território e das pessoas envolvidas?

O autor demonstra que, independente dos atos cometidos, o preconceito e a estigmatização do funk são resultado da maneira como a burguesia sempre enxergou os subúrbios, as periferias urbanas e as favelas. Desse

modo, o ponto principal que sustenta a repressão é fundamentalmente por ser um gênero de pretos e pobres. Ao percorrer a história, o autor demonstra que esses dispositivos de controle não são novos.

No começo do século XX, capoeiras foram proibidas e sambistas duramente reprimidos por desordens. O autor prossegue e aponta o caráter autoritário do período da ditadura militar, que reprimia militantes de esquerda e manifestações artísticas de origem negra, como as escolas de samba e os bailes black. Essa repressão também atingiu outras formas de lazer dos pobres, como as excursões “farofeiras” para as praias (p. 46).

A partir da década de 1990, com o advento do neoliberalismo, a dificuldade de organização dos trabalhadores e o aumento do desemprego fez proliferar formas organizativas juvenis, que por meio da arte e da cultura criavam sociabilidade e faziam política. É nesse momento que o punitivismo atinge torcidas de futebol, skatistas, rappers e funkeiros, entre outros grupos.

Se no Rio de Janeiro a repressão ao funk possui uma história própria, em São Paulo a violência estatal e paraestatal contra funkeiros terá contornos típicos da maneira como se organiza a repressão nesta cidade. Os rolezinhos nos shoppings foram duramente cerceados, gerando um longo debate sobre preconceito de classe, racismo, ocupação de espaços públicos e consumismo. Essa mesma juventude que participava das Jornadas de Junho e ocupava escolas também era duramente reprimida nos pancadões e fluxos. São incontáveis os casos de bailes promovidos nas periferias que terminaram após repressão policial com balas e bombas de gás lacrimogênio. O caso mais dramático ocorreu no baile da D17, na favela de Paraisópolis, em 2019, quando nove jovens morreram pisoteados após uma ação policial. No entanto, esse não foi o único episódio de repressão que acabou em morte. O livro nos apresenta vários casos.

Em uma sociedade na qual imperam inúmeras contradições sociais, muitas vezes o lícito e o ilícito ou o legal e o ilegal caminham lado a lado e dependem um do outro para existirem. É nessa gigantesca zona de segurança jurídica que opera a repressão policial. É a partir de critérios pouco objetivos que a violência estatal se permite todo e qualquer tipo de abuso, inclusive dando vazão a uma adrenalina que também atinge os policiais (p. 98).

O ponto alto do argumento de Cymrot é a comparação das maneiras como a repressão ocorre. O problema não é o delito cometido, mas quem o comete. O autor demonstra como nos bailes funk organizados pela burguesia e pela classe média ocorrem níveis alarmantes de alcoolismo e barulho, mas a repressão (nas poucas vezes que ocorre), é infinitamente menos

intensa. O autor também pontua vários casos de drogadição e/ou porte de drogas por parte de artistas famosos de gêneros musicais consagrados, e como existe certa permissividade social nestes casos. Outro exemplo interessante é com relação ao carnaval de rua. Sendo as lideranças destas agremiações carnavalescas oriundas da classe média ou da classe média alta, tiveram uma facilidade muito maior em negociar com o poder público.

Outro debate interessante levantado pelo livro se refere à maneira como diversas casas legislativas se relacionaram com o funk. O autor demonstra como inúmeros projetos de lei propuseram ações restritivas e ordenamentos jurídicos com relação ao gênero, principalmente por parte de políticos de direita. No entanto, há também uma série de propostas que atestam sua legitimidade e defendem a existência dos bailes, oriundas sobretudo de legisladoras à esquerda do espectro. Em 2010, o funk foi aceito por parte de parlamentares e da mídia como símbolo legítimo da cultura carioca e nacional. No entanto, para provar que as posições políticas se embaralham, cabe mencionar a emblemática trajetória de Verônica Costa, a Mãe Loira do Funk, fundadora da equipe de som Furacão 2000 que ajudou a popularizar o gênero a partir da década de 1990. Verônica foi vereadora no Rio de Janeiro por diversos mandatos e sempre por partidos de direita.

Uma das estratégias mais felizes do livro é sair dos maniqueísmos. Se por um lado o funk é vítima de uma brutal repressão, muitas vezes seus protagonistas incorrem em comportamentos criticáveis. Trabalhando na chave das incompletudes, das dualidades e das contradições, o livro demonstra como o funk é uma forma de pensar o Brasil e as particularidades da formação social brasileira. Nesse ponto, nos ajuda a compreender as reatualizações do pânico moral por meio das investidas do conservadorismo político contemporâneo. Ao reduzir o funk a sexo, drogas e violência, projeta-se na figura do funkeiro a catalisação de todo o mal da sociedade. A repressão aos bailes provoca um alívio momentâneo ao cidadão de bem que se conforta com a notícia de que “algo foi feito”, ainda que nada tenha sido feito para resolver as causas dos problemas. Nesse âmbito, a repressão pontual também se coaduna com a hegemonia da criminologia administrativa. Os principais alvos desse tipo de política seletiva é justamente a população em condições de vulnerabilidade, desempregada e na informalidade. Esses mecanismos são formas paliativas de lidar com uma situação complexa e estrutural de violência da sociedade. Mas afinal, o que é violento: o funk ou a sociedade?

Se o funk nos revela o racismo estrutural e a desigualdade entre as classes no Brasil, ele também expressa jogos de negociação e reconhecimento. Artistas do funk têm obtido fama, popularidade e contas bancárias milionárias. Em 2019, a cantora Anitta se tornou a artista latina mais ouvida no mundo, enquanto o canal e produtora Kondzilla alcançou 50 milhões de inscritos no YouTube, revelando jovens funkeiros das quebradas que, se não fosse por meio do funk, não teriam possibilidade nenhuma de ascensão social via emprego, cada vez mais precarizado. Esses artistas, com milhões de seguidores, mas não reconhecidos pelo *mainstream*, expressam um paradoxo: são famosos e desconhecidos ao mesmo tempo. De todo modo, entre repressão e glamorização, hits como “Eu só quero é ser feliz”, “Baile de favela” e “Bum bum tan tan” fazem parte da memória afetiva de milhões de brasileiros que o Brasil oficial não quer reconhecer. O livro de Danilo Cymrot é uma janela emoldurada com barras de ouro, ousada, consciente e ostentatória, que nos permite ver esse mundo.